

Designação	Data Emissão	Sumário
Decreto-Lei n.º 26852	30/07/1936	Regulamento licenças de instalações eléctricas
Decreto-Lei n.º 446/76	05/06/1976	Altera o Decreto n.º 26852/36 de 30 de Julho
Portaria n.º 344/89	13/05/1989	Altera os artigos 19.º e 20.º do Decreto-Lei n.º 26852, de 30 de Julho de 1936. Revoga a Portaria n.º 24/80, de 9 de Janeiro
Portaria n.º 311/2002	22/03/2002	Aprova os Coeficientes e as Formas de Cálculo das Taxas das Instalações Eléctricas
Lei n.º 30/2006	11/07/2006	Procede à conversão em contra-ordenações de contra-venções e transgressões em vigor no ordenamento jurídico nacional
Decreto-Lei n.º 101/2007	02/04/2007	Altera o Regulamento de Licenças para instalações eléctricas (DL 446/76, de 05 de Junho)
Decreto-Lei n.º 393/85	09/11/1985	Aprova o Regulamento de Segurança de Parques de Campismo e Marinas
Decreto Regulamentar n.º 90/84	26/12/1984	Aprova o Regulamento de Segurança de Redes de Distribuição de Energia Eléctrica em Baixa Tensão
Decreto-Lei n.º 4/93	08/01/1993	Aprova o Regulamento de Taxas de Instalações Eléctricas
Decreto-Lei n.º 517/80	30/11/1980	Define regras a observar na elaboração dos projectos das instalações eléctricas de Serviço Particular; define responsabilidades e classifica estas instalações; inclui algumas disposições sobre a actividade dos Técnicos Responsáveis.
Decreto Regulamentar n.º 31/83	18/04/1983	Aprova o Estatuto do Técnico Responsável pelas Instalações Eléctricas
Decreto-Lei n.º 229/2006	24/11/2006	Altera o Decreto Regulamentar n.º 31/83 de 18 de Abril, que aprova o Estatuto do Técnico Responsável por Instalações Eléctricas de Serviço Particular
Portaria n.º 558/2009	27/05/2009	Fixa a taxa de inscrição dos electricistas no cadastro de técnicos responsáveis de instalações eléctricas de serviço particular
Portaria n.º 949-A/2006	11/09/2006	Aprova as Regras Técnicas das Instalações Eléctricas de Baixa Tensão
Declaração de Rectificação n.º 11/2006	16/02/2006	Estabelece os procedimentos de aprovação das regras técnicas das instalações eléctricas de baixa tensão
Decreto-Lei n.º 226/2005	28/12/2005	Estabelece os procedimentos de

		aprovação das regras técnicas das instalações eléctricas de baixa tensão
Decreto Regulamentar n.º 56/85	06/09/1985	Dá nova redacção a vários artigos do Regulamento de Segurança de Subestações e Postos de Transformação e de Seccionamento, aprovado pelo Decreto n.º 42895, de 31 de Março de 1960. (Regulamento da C.A.C. / Regulamento das C.D.)
Portaria n.º 37/70	17/01/1979	Aprova as instruções para os primeiros socorros em acidentes pessoais produzidos por correntes eléctricas e, igualmente, aprova o modelo oficial das referidas instruções para afixação obrigatória nas instalações eléctricas, sempre que o exijam os regulamentos de segurança respectivos – Revoga a Portaria n.º 17653 e, bem assim, as instruções por ela aprovadas
Decreto Regulamentar n.º 14/77	18/02/1977	Dá nova redacção aos artigos 32.º, 38.º, 54.º, 61.º, 62.º e 67.º do Regulamento de Segurança de Subestações e Postos de Transformação e de Seccionamento, aprovado pelo Decreto n.º 42895, de 31 de Março de 1960, e aos artigos 178.º e 185.º do Regulamento de Segurança de Linhas Eléctricas de Alta Tensão, aprovado pelo Decreto n.º 46847, de 27 de Janeiro de 1966
Decreto-Lei n.º 42895/60	31/03/1960	Aprova o Regulamento de Segurança de Subestações e Postos de Transformação e Seccionamento
Despacho n.º 13615/99	16/07/1999	Aprova o Regulamento da Rede de Distribuição (estabelece os montantes máximos das taxas a cobrar pelas entidades inspectoras)
Despacho n.º 25246/99	22/12/1999	Altera a alínea c) do número 2.2.1 do Regulamento da Rede de Distribuição, publicado através do Despacho n.º 13615/99 (2ª série) de 16 de Julho, reformula a definição da "Rede de Distribuição" e revoga os pontos 11.4 e 11.5 do mesmo Regulamento
Despacho n.º 5255/2006	08/03/2006	Regulamento de Qualidade de Serviço
Decreto Regulamentar n.º 1/92	18/02/1992	Aprova o Regulamento de Segurança de Linhas Eléctricas de Alta Tensão
Decreto-Lei n.º 180/91	14/05/1991	Estabelece o enquadramento legal relativo à aprovação do Regulamento de Segurança das Linhas Eléctricas de Alta Tensão
Decreto-Lei n.º 315/95	28/11/1995	Regula a instalação e o

		funcionamento de recintos de espectáculos e divertimentos públicos, introduzindo alterações ao Decreto-Lei n.º 517/80, de 31 de Outubro
Decreto-Lei n.º 139/99	24/04/1999	Aprova o regime jurídico da instalação e do funcionamento dos estabelecimentos de restauração e de bebidas
Decreto-Lei n.º 168/97	04/07/1997	Aprova o regime jurídico da instalação e do funcionamento dos estabelecimentos de restauração e de bebidas
Despacho Normativo nº 12/98	25/02/1998	Estabelece as normas reguladoras das condições de instalação e funcionamento dos lares para idosos
Portaria n.º 232/2008	11/03/2008	Determina quais os elementos que devem instruir os pedidos de informação prévia, de licenciamento e de autorização referentes a todos os tipos de operações urbanísticas, e revoga a Portaria n.º 1110/2001, de 19 de Setembro
Lei n.º 60/2007	04/09/2007	Procede à sexta alteração ao Decreto -Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, que estabelece o regime jurídico da urbanização e edificação
Portaria n.º 517/2008	25/06/2008	Estabelece os requisitos mínimos a observar pelos estabelecimentos de alojamento local
Decreto-Lei n.º 4/2007	08/01/2007	O Decreto-Lei n.º 113/93, de 10 de Abril, transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 89/106/CEE, do Conselho, de 21 de Dezembro de 1988, relativa aos produtos da construção, tendo em vista a aproximação, sobre esta matéria, das disposições legislativas dos Estados membros (Marcação CE)
Decreto-Lei n.º 6/2008	10/01/2008	Transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2006/95/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de Dezembro, relativa à harmonização das legislações dos Estados membros no domínio do material eléctrico destinado a ser utilizado dentro de certos limites de tensão, e revoga o Decreto-Lei n.º 117/88, de 12 de Abril (Directiva Baixa Tensão)
Decreto-Lei n.º 325/2007	28/09/2007	Transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2004/108/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de Dezembro, relativa à aproximação das legislações dos Estados membros respeitantes à compatibilidade electromagnética dos equipamentos